

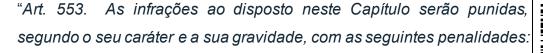
### EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 2019

| Autor<br>Deputado PAULO PEREIRA DA SILVA |                                   |                               |  |                  | Partido<br>Solidariedade/SP        |   |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|--|------------------|------------------------------------|---|
| 1X_ Supre                                | essiva                            | 2                             | Substitutiva   | 3                | _ Modificativa                     | 4 Aditiva   |
|  |                                   |                               | TEXTO/JU   | JSTIF            | ICAÇÃO                             |   |
|  |                                   | Е                             | menda N  |                  |                                    |   |
| 2019, que alt<br>(Decreto-Lei            | erou o a<br>n. 5.452              | art. 553<br>2, de 19          | 3, alínea "f", da                                      | Conso            | olidação das Lei<br>a gradação das | ia – MPV n. 905, de<br>is do Trabalho – CLT<br>multas ao associado<br>s.                        |
|  |                                   |                               | JUSTIFI  | CAÇÃ             | .0                                 |   |
| sem causa ju<br>único). A MP             | ustificada<br>V n. 909<br>ar de R | a, para<br>5, de 2<br>\$1.000 | votação nas el<br>2019, propõe pu<br>,00 (mil reais) a | eiçõe:<br>ınição | s sindicais (CLT<br>de acordo com  | que não comparecer,<br>r, art. 529, Parágrafo<br>n o nível da infração,<br>mil reais), conforme |
|  |                                   |                               | 553, alínea "f",<br>ssim estabelecia                   |                  | T até então vig                    | ente antes da edição  |
|  |                                   |                               |  |                  | •                                  | ítulo serão punidas,<br>eguintes penalidades.   |
|  | f) multa                          | de 1/3                        | 30 (um trinta av                                       | os) de           | salário mínim                      | no regional, aplicável  |

ao associado que deixar de cumprir sem causa justificada, o disposto

# no <u>parágrafo único do artigo 529.</u>" (Grifo nosso)

A modificação proposta por meio da MPV n. 905, de 2019, do citado dispositivo traz os seguintes dizeres:



f) aplicação da multa prevista no <u>inciso I do caput do art. 634-A</u>, aplicável ao associado que <u>deixar de cumprir</u>, sem causa justificada, o disposto no parágrafo único do art. 529."

#### (Grifo nosso)

Como se observa, a MPV n. 905, de 2019, não alterou o citado art. 529 da CLT, permanecendo a obrigatoriedade de os associados votarem nas eleições sindicais. Não obstante isso, houve agravamento na gradação das multas, que estão previstas no recém introduzido art. 634-A na CLT pela referida MPV.

- "Art. 634-A. A aplicação das multas administrativas por infrações à legislação de proteção ao trabalho observará os seguintes critérios: Vigência
- I para as infrações sujeitas a multa de natureza variável, observado o porte econômico do infrator, serão aplicados os seguintes valores: Vigência
- a) <u>de R\$ 1.000,00 (mil reais)</u> a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as infrações de natureza leve;
- b) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as infrações de natureza média;
- c) de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as infrações de natureza grave; e

| d) de R\$ 10.000,00 (de | ez mil reais) <u><b>a R\$ 100</b></u> | <u>.000,00 (cem mil r</u> | <u>eais)</u> , para |
|-------------------------|---------------------------------------|---------------------------|---------------------|
| as infrações de nature  | za gravíssima; e                      |                           |                     |

§ 2º <u>A classificação das multas</u> e o enquadramento por porte econômico do infrator e a natureza da infração <u>serão definidos em ato</u> do Poder Executivo federal.

Em que pese a importância de haver instrumentos jurídicos para incentivar a participação dos associados nas eleições sindicais, acredita-se que houve exacerbação na gradação das penalidades. Em números, a punição sobe de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo regional – montante em torno de R\$40,00 – para até R\$100.000,00 (cem mil reais), observado o porte econômico do infrator.

Por isso, com a presente emenda supressiva, busca-se a reparação de um grave equívoco e o retorno ao patamar anteriormente estabelecido, respeitando o princípio da proporcionalidade.

#### **ASSINATURA**

## Deputado PAULO PEREIRA DA SILVA Solidariedade/SP